

# Desafios da docência: o ensino de geografia e a realidade de alunos com deficiência física nas escolas de Uberlândia

João Paulo Pereira Santos<sup>1</sup>, Vicente de Paulo da Silva<sup>2</sup>

## Resumo

A finalidade deste trabalho é relatar as experiências de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsa de Ensino de Graduação - PIBEG com o título "Realidade Social em Educação: o estudante e o ensino de geografia frente aos desafios da prática". O trabalho mostra uma experiência realizada em uma escola da rede pública da cidade de Uberlândia-MG, sobre alunos com deficiência física e a realidade do professor geógrafo no desempenho de sua função quando tem alunos nessa condição em sua sala de aula. A relevância da participação do aluno graduando em geografia no desenvolvimento deste projeto está no fato de que isso permite ao mesmo, conhecer a realidade e despertar o interesse na prática do ensino. Isso é considerado de extrema importância para complementar o conhecimento teórico adquirido durante sua formação na graduação e oferecer ao aluno graduando uma preparação eficiente, a fim de que exerça seu papel com capacidade, autonomia, segurança e, sobretudo, criatividade frente aos desafios encontrados na prática do ensino, como o da deficiência física. Além disso, estimula os discentes na utilização de materiais didáticos e também de novas metodologias que facilitem o aprendizado em sala de aula, de forma interativa. Ainda, coopera com o desempenho acadêmico dos alunos do curso de geografia e destaca a importância dos trabalhos coletivos e o compartilhamento de prática e ajuda mútua entre os envolvidos no trabalho.

## Palavras-chave

Geografia. Deficiência Física. Educação. Prática de Ensino.

**1.** Aluno de Graduação em Geografia da Universidade Federal Uberlândia (UFU). Email: joaopaulo\_ps@hotmail.com

**2.** Professor Doutor do Instituto de Geografia da Universidade Federal Uberlândia (UFU). Email: vicente@ig.ufu.br

# Challenges in the classroom: Geography teaching and the reality of physically disabled students in Uberlândia schools

João Paulo Pereira Santos\*, Vicente de Paulo da Silva\*\*

## Abstract

This paper aims to report experiences of an Institutional Program of Graduation Scholarship – PIBEG research, whose entitle is 'Social Reality in Education: The Student and the Geography Teaching Facing Practice Challenges'. The work shows an experience realized in a public school of Uberlândia-MG, about handicapped students and the reality of Geography teacher when he is performing his work, and having handicapped students in his classroom. The relevance of the participation of the geography graduate student in the development of these projects is that he has the opportunity to know this reality and start to be motivated to teach practice. This is considered of great importance to complement theoretical knowledgement acquired during his training at graduation and it offers an efficient training to help him to play his role with capacity, autonomy, safety and creativity face the difficulties of the teaching practice, such those with handicap. Besides, it motivates students to use of didactic materials as well as new methodologies that can be easily learned by the classroom in an interactive way. Futher, it helps the academic students' performance in Geography courses and emphasizes the importance of collective works, the sharement practices and mutual help among the students involved in the work.

## Keywords

Geography. Handcaps. Education. Teaching Practices.

\* Undergraduate of Geography of Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Email: joapaulo\_ps@hotmail.com

\*\* Doctor Professor of Geography Institute of Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Email: vicente@ig.ufu.br

## Introdução

A proposta apresentada por ocasião da seleção de bolsistas “Realidade Social em Educação: o estudante e o ensino de geografia frente aos desafios da prática” está calcada na necessidade dos graduandos de participarem dos programas que visem a melhoria da qualidade do curso, além do fato de que aspectos como esse, por vezes, passam despercebidos sem a devida atenção por parte dos docentes ou mesmo por uma certa incompatibilidade de temas propostos e aqueles que, certamente, serão encontrados na prática.

A prática, ou a vivência em sala de aula, garante ao graduando um melhor conhecimento da realidade social, a qual está diretamente vinculada ao seu exercício profissional como docente. Isso contribui, também, para melhorar a qualidade do ensino do curso de geografia, oferecendo aos alunos a oportunidade de conhecer a complexa realidade dessa profissão, ou seja, a de ser professor, permitindo-lhes enfrentar os diversos desafios, como o da deficiência física presente no cotidiano do aluno.

Para entender as dificuldades do exercício da profissão, frente à realidade dos alunos com deficiência física no município de Uberlândia, é necessário discutir a dinâmica do cotidiano desses alunos na sociedade, para promover uma forma de auxiliar o professor no aprendizado do aluno. Por isso, é necessário ser capaz de apontar alternativas que possibilitem ao aluno a aprendizagem de sua disciplina, ao ser criada uma forma de ensinar que envolva a transformação de sua realidade. Isso se daria pelo confronto da teoria com a prática, levando-se em consideração o contexto no qual se está inserido, sendo que a integração das pessoas com deficiência física envolve, antes de tudo, seu relacionamento normal com outras na sociedade, tenham elas deficiência ou não.

Da mesma forma, torna-se importante estimular os discentes para a utilização de materiais didáticos que facilitem o aprendizado em sala de

aula de forma interativa, destacar a importância dos trabalhos coletivos e do compartilhamento de práticas e ajuda mútua entre os envolvidos no trabalho, para que exerçam seu papel com capacidade, autonomia, segurança e, sobretudo, criatividade frente aos desafios encontrados na educação.

### A pessoa com deficiência física

Para melhor compreensão sobre a temática proposta, é necessário abordar o assunto do que vem a ser a deficiência física. Para a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, deficiência física “significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (BRASIL, 2001 apud RESENDE, 2004, p. 14).

Ainda segundo Resende (op. cit.), para as pesquisas estatísticas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2003, foi utilizada uma classificação que distingue a deficiência física da deficiência motora, considerando como deficiência física apenas a tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente e a falta de membros ou parte deles (perna, braço, mão, pé ou dedo polegar). A deficiência motora foi caracterizada como sendo a incapacidade ou grande dificuldade, ou ainda alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas. Os dados apontavam que 3,915% da população brasileira possuem alguma deficiência física ou motora, enquanto que Uberlândia apresenta como estimativa um número de 19.622 pessoas.

De acordo com a obra “Retratos da Deficiência no Brasil”, organizada pela Fundação Getúlio Vargas, que apresenta o perfil socioeconômico e

demográfico de pessoas com deficiência a partir de dados colhidos pelo IBGE no ano de 2001, declararam-se como deficientes um total de 24,5 milhões de pessoas, o equivalente a 14,5% da população brasileira. O maior percentual se encontra na região nordeste (16,8%), e o menor na região sudeste (13,1%). Dessa população, 48,1% apresenta deficiência visual; 22,9%, deficiência motora; 16,7%, deficiência auditiva; 8,3%, deficiência mental e 4,1%, deficiência física (CORDE, 2004).

Resende (2004) diz que essa categorização utilizada pelo IBGE não se enquadra na definição legal do Brasil e nem nos critérios médico-legais adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU) até o ano de 2002. Porém, estes são os dados oficiais brasileiros e, por eles, observamos a importância de se desenvolver e exigir os direitos obtidos nas leis, para garantir uma inserção concreta das pessoas com deficiência na sociedade.

### **O geógrafo frente às adversidades do ensino de geografia: a realidade dos alunos com deficiência física nas escolas de Uberlândia**

A pesquisa que originou este artigo foi realizada em uma escola da rede pública estadual de Uberlândia, na qual se destaca, mais especificamente, o trabalho realizado com uma aluna da 5ª série do ensino fundamental, que apresenta deficiência física motora (cadeirante).

Foram feitas visitas técnicas à escola em diversos momentos e também ao domicílio dessa estudante, com acompanhamento da rotina da mesma, juntamente com seus familiares. O propósito foi avaliar as conseqüências que a deficiência e a falta da acessibilidade causam em sua vida e, por conseguinte, no desempenho do seu processo de aprendizagem, com enfoque na disciplina de geografia.

Nesse sentido, o desenvolvimento metodológico deste trabalho se baseou nas informações colhidas em visitas técnicas de

trabalho de campo e nas leituras realizadas, como embasamento teórico, na fase inicial da pesquisa, como a obra *Todos na Cidade: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia*, de Ana Paula Crosara de Resende, e também *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, além de artigos científicos específicos a respeito do assunto.

Visando o entendimento dessa problemática, lançamos as seguintes questões: Por que a realidade social dos alunos com deficiência física pode e deve ser objeto de interesse dos estudos de cursos de graduação e, especificamente, de Geografia? Qual ou quais as dificuldades encontradas pelos professores de geografia da educação básica das escolas municipais, estaduais e particulares de Uberlândia, frente aos alunos com deficiência física? Como o ensino e o professor de geografia podem contribuir para a redução ou eliminação de constrangimentos na vida cotidiana de alunos com deficiência física?

Com base nessas indagações percebemos que o papel do educador, seja ele geógrafo ou não, é de promover o ensino de qualidade a todos os alunos, sem nenhuma diferenciação, ao colocar em prática a inclusão de todos na sociedade.

Assim, verificamos que durante a formação do professor geógrafo na graduação, não ocorre uma abordagem aprofundada sobre assuntos como a deficiência física. Porém, sentimos o quanto ela deve ser considerada de fundamental importância em nossa formação.

Dessa forma, julgamos importante esse aspecto, com o objetivo de ajudar a quebrar todo tipo de preconceito e falta de informação sobre o tema existente no ideário da sociedade, “a fim de possibilitar que as pessoas sejam mais importantes que as deficiências” (RESENDE, 2004, p. 95).

Durante a pesquisa, notamos que há um despreparo e desinteresse dos órgãos públicos responsáveis, mantenedores da educação e também dos professores – de geografia e das demais disciplinas – em relação aos alunos com deficiência física.

No que compete ao poder público, durante a pesquisa de campo realizada nas escolas, em busca dos alunos que fariam parte do projeto, verificamos que a maior parte dos alunos com deficiência física estava em escolas de Ensino Especial. Essas escolas são caracterizadas por receber alunos com algum tipo de deficiência, seja ela física ou mental, de várias partes da cidade, e têm o objetivo de concentrar os alunos em um só lugar, visando aperfeiçoar a eficácia do ensino. Esse fator caracteriza uma concreta segregação dos alunos, pois eles são cidadãos efetivos da sociedade e devem ser tratados como tais, desenvolvendo o aprendizado em uma escola dita normal, juntamente com todos os outros.

A prática do poder público mostra justamente o oposto da política educacional vigente, ou seja, que é o da promoção da inclusão, assinalando uma total abnegação dos governantes em promover essa inclusão. Em relação aos professores, estes apresentavam, por vezes, um despreparo em lidar com alunos com deficiência física, fato que confirma a falta de conhecimento adquirido durante sua formação como professor e falta de atualização, para trabalhar com técnicas didáticas, que promovam o ensino de qualidade para todos os alunos com ou sem deficiência física.

Porém, um fato que se mostrou interessante foi o de encontrar, pessoalmente, com os alunos com deficiência física motora nas escolas de ensino básico normal, episódio que nos possibilitou compreender que as dificuldades enfrentadas por esses alunos estão nas barreiras arquitetônicas, segundo nossa interpretação, limitando a capacidade de se locomoverem com maior autonomia.

Isso faz com que se tornem dependentes da ajuda de outras pessoas, consideradas normais, para desempenharem atividades essenciais do cotidiano, como andar sobre uma calçada, ao passo que poderiam desempenhar muito mais atividades sem essa dependência. Verificamos que esses alunos não apresentam dificuldades de aprendizado devido à sua deficiência. Pelo

contrário, eles têm capacidades normais para o aprendizado, o que nos leva a dizer que a maior deficiência está no sistema, ou na própria sociedade.

Outra constatação relevante durante a pesquisa foi a de haver um grande constrangimento das pessoas com deficiência física no seu cotidiano, como mencionado anteriormente, quando mesmo o fato de desempenharem as atividades mais simples se torna uma tarefa árdua na medida em que as condições do ambiente não estejam adequadas. Nas escolas visitadas havia barreiras arquitetônicas que impediam a locomoção dos alunos com deficiência física motora, em especial o cadeirante. A escola, onde foi desenvolvida a maior parte do projeto, encontrava-se em processo de adequação, com construção de salas, banheiros e corredores adaptados para os alunos cadeirantes.

Porém, essa é uma escola antiga onde já estudaram diversos alunos com deficiência física, que passaram por constrangimentos por não terem autonomia de levarem uma vida cotidiana normalmente.

Com isso, entendemos que os professores devem buscar meios para eliminar os constrangimentos na vida dos alunos ao exigirem da comunidade escolar, no mínimo, um ensino de qualidade para todos. Além disso, devem trabalhar com os alunos, promover a interação entre todos, realizar trabalhos em grupos, visando o respeito mútuo, ensiná-los a conviver com as diferenças, de forma que extingam quaisquer tipos de preconceitos que possam constranger todo e qualquer aluno.

Verificamos a real importância de tratar sobre o assunto no ensino superior, não só na geografia, mas também nos vários cursos que oferecem a licenciatura como uma opção de carreira. Falar sobre a inclusão no ensino escolar, exige a junção do lado teórico com a prática e possibilita uma visão crítica sobre o assunto, pois:

A inclusão é uma inovação, cujo sentido

tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação (MANTOAN, 2005, p. 1).

Outro fator importante suscitado pela pesquisa foi o papel da família no processo de aprendizado do aluno com deficiência física. Verificamos que sua presença é essencial para o desenvolvimento escolar do aluno e, principalmente, para a formação de um cidadão consciente.

### **Considerações finais**

O ambiente escolar, para a maioria das pessoas no país, é o único lugar onde vão ter acesso ao conhecimento universal e sistematizado, tornando-se assim, um local de extrema importância para o desenvolvimento científico, mas, acima de tudo, para o crescimento pessoal.

As dificuldades de acesso ao espaço escolar, lazer e trabalho, e até mesmo, aos espaços públicos, são fatores agravantes que promovem a exclusão social, e devem ser trabalhados em sala de aula, uma vez que são dificuldades que surgem da relação da pessoa com deficiência com seu espaço social, com o território, com o lugar onde ela vive. Isso significa que a geografia tem estreita relação com o debate sobre a deficiência física, pois lugar e território são profundamente alterados se a eles não se pode ter acesso e se os mesmos não podem ser vividos cotidianamente.

Portanto, escolas que não trazem meios para que todos os alunos estudem e aprendam juntos, independentemente de serem pessoas com deficiências físicas ou não, agem contra o princípio da cidadania, tão discutido na formação escolar.

Para isso, deve-se entender claramente

o sentido da não exclusão escolar, tornando-se possível desenvolver uma escola para todos, onde:

A inclusão não prevê a utilização de métodos e técnicas de ensino específicas para esta ou aquela deficiência. Os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considera o nível de possibilidades de desenvolvimento de cada um e explora essas possibilidades, por meio de atividades abertas, nas quais cada aluno se enquadra por si mesmo, na medida de seus interesses e necessidades, seja para construir uma idéia, ou resolver um problema, realizar uma tarefa (MANTOAN, 2005, p. 4).

Ainda segundo Mantoan (2005), a escola só consegue atingir sucesso, quando assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, e a aprendizagem é concebida e avaliada. Não apenas os alunos com deficiência são excluídos, mas também os que são pobres, os que não vão às aulas porque trabalham, ou ainda os que pertencem a grupos discriminados e os que, de tanto repetir o ano de estudo, desistem.

Sendo assim, o tema "O Futuro Geógrafo Frente às Adversidades do Ensino de Geografia: a realidade dos alunos com deficiência física nas escolas de Uberlândia", caracteriza-se como assunto de importância a ser trabalhado no meio acadêmico, principalmente na graduação, período em que os futuros profissionais estão em formação. É necessário, pois, desmistificar as falsas premissas sobre o assunto, pois todo aluno é capaz de aprender e todos têm suas deficiências na aprendizagem. Cabe aos mestres tornar disponível o conhecimento sem exclusão, uma vez que materiais e meios didáticos existem e estão sendo aprimorados cada vez mais.

Desse modo, o futuro das escolas e, conseqüentemente, a formação dos alunos, de-

pendem de um empenho efetivo das políticas públicas educacionais, ao colocarem em prática os vários direitos já conseguidos, mas não executados, juntamente com o interesse dos professores em se (re)capacitarem e aprenderem sem-

pre com novas experiências, pois as pesquisas e práticas já mostraram que é possível fazer a diferença, promover uma educação igualitária com a participação de todos da comunidade em busca de um futuro melhor e justo.

## Referências

CASTRO, Anna Maria de (org). **Fome:** um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: 2003. 239 p.

CORDE. **Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens.** Niterói: Ministério da Justiça/CORDE/ AFR, 2004. 53 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 148 p.

GLAT, Rosana. **Questões atuais em educação especial:** a integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, p. 45.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão.** EDUCAÇÃO ONLINE. 1996-2005. Disponível em: <[http://: www.educacaoonline.pro.br](http://www.educacaoonline.pro.br)> Acesso em: 20 jun. 2007.

RESENDE, Ana Paula Crosara. **Todos na cidade:** o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. 177 p.

VENTORINI, Silvia Elena; FREITAS, Maria Isabel Castreghini de. Pesquisa e perspectiva na alfabetização cartográfica de alunos cegos e com visão subnormal. In: X SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2003.